



CASO BRUNO E DOM

Diante do juiz, homem que disse ter matado o indigenista e o jornalista tenta isentar o irmão de participação nos homicídios. Depoimentos começam a ser tomados com quase um mês de atraso

Acusados depõem à espera do júri

» ISABEL DOURADO*
» NATÁLIA PERONICO*

Os três acusados do assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips prestaram depoimento à Justiça, ontem, em Tabatinga, Amazonas, com quase um mês de atraso — era para terem sido ouvidos em 17 de abril. Amarildo da Costa de Oliveira, Oseney da Costa de Oliveira e Jefferson da Silva Lima devem ir júri popular e responderão por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, além de outros agravantes.

O primeiro réu a ser ouvido foi Amarildo, conhecido como “Pelado”, que novamente confessou os dois assassinatos. Ele, porém, defendeu o irmão, Oseney, o “Dos Santos”, das acusações. “Eu sou réu confesso nessa história. Meu irmão não tem nada a ver”, afirmou, apontando Jefferson como coautor dos homicídios.

Jefferson, por sua vez, foi o segundo a depor. Assim como Amarildo, afirmou que eles apenas se defenderam — ambos acusaram Bruno de pegar uma pistola para tentar acertá-los — e que não tinham a intenção de matar o indigenista e o jornalista. O último a falar foi Oseney, que negou envolvimento com o crime e disse que mantinha bom relacionamento com os indigenistas — inclusive os isolados. Nove pessoas, entre testemunhas e informantes, prestaram depoimento nos primeiros cinco dias de audiência, em abril. O objetivo da audiência de instrução e julgamento é verificar se as provas testemunhais colhidas no inquérito policial são suficientemente fortes para os acusados irem a júri popular.

Os réus estão presos em presídios federais. Oseney e Jefferson são internos em Campo Grande (MS), enquanto Amarildo está em Catanduvas (PR).

Barbárie

Bruno e Dom desapareceram em 5 de junho do ano passado enquanto estavam navegavam

Brenda Alcântara/AFP



Cerimônia de sepultamento dos restos mortais de Bruno, em Recife. Assassinado brutalmente com Dom por denunciar crimes no Vale do Javari

Desqualificação

O ex-presidente Jair Bolsonaro tentou desqualificar o indigenista Bruno Araújo Pereira e o jornalista Dom Phillips insinuando que estavam ilegalmente no Vale do Javari. “Duas pessoas apenas, em um barco, em uma região daquela, né, completamente selvagem, é uma aventura que não é recomendável que se faça. Tudo pode acontecer. Pode ser um acidente, pode ser que eles tenham sido executados”, afirmou. Inicialmente, o governo enviou 250 homens das Forças Armadas para a região, mas a Polícia Federal foi remetida mais de cinco dias após o sumiço dos dois.

próximo à comunidade de São Rafael, na região do Vale do Javari. Os restos mortais dos dois foram encontrados 10 dias depois, quando Amarildo Oliveira confessou os assassinatos e levou os agentes e os indigenistas que ajudavam nas buscas ao local onde os restos mortais estavam sepultados. Os indigenistas e o jornalista foram assassinados a tiros e os corpos foram desmembrados, queimados e enterrados.

A região da reserva indígena do Vale do Javari, a segunda maior do país, com mais de 8,5 milhões de hectares, concentra o maior número de comunidades nativas isoladas. Bruno denunciou que estava sofrendo ameaças na região e, depois de ser afastado das funções na então Fundação Nacional do Índio (Funai), hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas) atuava como colaborador da União das Organizações Indígenas do Vale do Javari (Univaia).

Bruno foi exonerado praticamente na mesma época em que o ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou um projeto para liberar garimpos nas reservas indígenas. Foi quando ele começou a denunciar várias atividades ilegais de pessoas estranhas à reserva — como a pesca ilegal, a derrubada da floresta sem autorização e até mesmo narcotráfico. A suspeita é que os assassinatos eram ligados às quadrilhas que atuam na região.

Dom Phillips era jornalista colaborador do jornal britânico *The Guardian*. Com o apoio da Fundação Alicia Patterson, ele trabalhava em um livro sobre a Amazônia. No período em que estava desaparecido, o repórter chegou a ser atacado sem provas por Bolsonaro.

“Esse inglês era malvisto na região. Ele fazia muita matéria contra garimpeiro, contra a questão

ambiental. Naquela região, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais do que redobrado a atenção para consigo próprio”, afirmou o ex-presidente, em entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle, em 15 de junho do ano passado.

Segundo a Polícia Federal (PF), que esteve à frente das investigações, o mandante do crime foi Rubén Dario da Silva Villar, conhecido como “Colômbia”, que tinha conexão direta com Amarildo. Além de Oseney, Amarildo e Jefferson, Rubén também foi preso — mas solto depois de pagar fiança de R\$ 15 mil, em outubro passado. Porém, foi encarcerado novamente em dezembro, depois de desrespeitar as determinações da Justiça Federal durante a liberdade provisória.

* Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

CONNECTIVIDADE

Interior do país sofre com a falta de internet

Pelo menos 77 milhões de pessoas que vivem em áreas rurais da América Latina e do Caribe não têm acesso à conectividade com padrões mínimos de qualidade. A conclusão é do estudo *Conectividade Rural na América Latina e no Caribe — Uma ponte para o desenvolvimento sustentável em tempos de pandemia*, elaborado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Microsoft.

No total, 32% da população da América Latina e do Caribe — aproximadamente 244 milhões de pessoas — não têm acesso a serviços de Internet. No Brasil, 13 milhões de pessoas estão nesta condição e a conectividade significativa nas cidades é uma vez e meia mais abrangente do que no campo, segundo o levantamento.

O estudo concentrou o levantamento em 24 países da América Latina e do Caribe e mostra que 71% da população urbana das duas regiões têm opções de conectividade, em comparação com menos de 37% nas áreas rurais. Essa diferença de 34 pontos percentuais que põe em risco, segundo o estudo, o potencial social, econômico e produtivo.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, afirmou que o acesso para o grande, médio e pequeno produtor rural apresenta uma grande diferença. Segundo ele, quando o assunto é conectividade, é possível perceber os diferentes “Brasis”.

“Quando a gente pensa no pequeno e no médio produtor rural, esse acesso à tecnologia não é igual. Esse relatório vai ajudar muito a Anatel no que diz respeito à identificação de áreas em que há lacuna de conectividade”, afirmou.

Analfabetismo

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no Brasil, Paulo Teixeira, afirmou que muitos brasileiros não conseguem ter acesso à internet e afirmou que os números evidenciam uma desigualdade no acesso às tecnologias. “Temos uma parcela da sociedade brasileira que não conseguiu alcançar a alfabetização, o letramento, que ficou para trás nesse processo de alfabetização. Agora, veio uma segunda revolução, a digital. Estamos na terceira revolução, a da inteligência artificial, e esses segmentos também não têm como acessar. Assim aprofundamos a desigualdade no Brasil”, lamentou. Segundo Teixeira, o Brasil acumula dois tipos de analfabetismo: “O vinculado ao letramento analógico e agora um analfabetismo digital”, observou.

A pesquisa revelou, ainda, que as defasagens mais importantes em termos de conectividade ocorrem devido à baixa frequência da Internet, com uma média de apenas 10% da população rural (ou 21% se excluído o Brasil) que usa a web diariamente. Em seguida, vem a baixa disponibilidade de banda larga, com uma média de 16,6% da população rural acessando esse serviço.

O uso de equipamentos (principalmente smartphones) e o acesso às tecnologias 4G apresentam taxas mais favoráveis, com níveis médios de penetração nas populações rurais de 71% e 37%, respectivamente — 48% e 15% se o Brasil for excluído da média. (ID*)

BRASIL SORRIDENTE

Indígenas e negros têm o pior tratamento bucal

» TAINÁ ANDRADE

Ao ser sancionada, ontem, a lei que inclui a Política Nacional de Saúde Bucal na Lei Orgânica da Saúde, a ministra Nísia Trindade afirmou que os indicadores de saúde bucal dos brasileiros demonstram a desigualdade existente no país. Segundo ela, os piores dados estão entre a população negra e a indígena.

“Na população negra e na indígena, encontramos os piores quadros refletindo o que acontece em toda a sociedade. Por essa razão, essa agenda integra a Política Nacional da Saúde da População Negra”, explicou.

O programa Brasil Sorridente existe desde 2004, mas, na prática, os serviços de odontologia passam a ser oferecidos com garantia de continuidade. O atendimento chegará a 805 municípios, sendo que, desses,

85 recebem os serviços pela primeira vez.

Serão mais de 3,6 mil novas equipes e 630 novos serviços disponibilizados — como unidade móvel, Centro de Especialidade Odontológica (CEO) e laboratórios regionais de prótese dentária. Para a execução do Brasil Sorridente, o Ministério da Saúde repassará mais de R\$ 136 milhões.

Em relação aos indígenas, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) está realizando um levantamento sobre as equipes de saúde odontológica nos Distritos de Saúde Especial Indígena (DSEI) para indicar quanto de recomposição de pessoal será necessário.

Outra dificuldade do programa, segundo o senador e ex-ministro da Saúde, Humberto Costa (PT-PE), é implantar a educação bucal nas escolas, sobretudo com os kits de higiene. “Sempre foi muito difícil viabilizar aqueles kits para

Ricardo Stuckert/PR



Zé Gotinha marcou presença no lançamento do programa de saúde bucal

que as crianças pudessem, em casa e na escola, fazer a sua higiene bucal”, observou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez afirmou que direcionar dinheiro para a saúde não é “gasto” e sim “investimento”. “Sei que quando você tiver problema financeiro, na área econômica qualquer dinheiro que a gente

precisa é gasto. O Brasil Sorridente é uma coisa extraordinária porque não recupera o sorriso, mas a autonomia do ser humano. Tudo isso, para mim, é investimento. Não me fale em gasto”, cobrou.

O **Correio** apurou que Lula quer prioridade no programa porque acredita que a saúde bucal está diretamente relacionada às



O Brasil Sorridente é uma coisa extraordinária porque não recupera o sorriso, mas a autonomia do ser humano. Tudo isso, para mim, é investimento. Não me fale em gasto”

Presidente Lula, ao sancionar a Política Nacional de Saúde Bucal

oportunidades de emprego. A cobertura do programa deve chegar a 111,6 milhões de pessoas, o que significará 10 milhões de pessoas a mais do que o programa alcança hoje. As unidades da Federação que receberão os maiores valores para a ampliação do Brasil Sorridente são Minas Gerais (R\$ 20,5 milhões) e Bahia (com R\$ 17 milhões).